

DOI: <https://doi.org/10.5902/2236672594797>

Entre lucro, renda e ideologia: estratégias concorrenciais das elites rurais gaúchas

Between profit, income and ideology: competitive strategies of the gaucho rural elites

Entre profit, revenu et idéologie: stratégies concurrentielles des élites rurales gaúchas

Entre el beneficio, la renta y la ideología: estrategias de competencia de las élites rurales gaúchas

 Pamela Kenne

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

 Marcos Botton Piccin

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Resumo

Este artigo propõe a análise de práticas sociais de classes dominantes do campo sul-rio-grandense em mercados de *commodities*, focalizando as suas estratégias concorrenciais. O estudo analisa as reconfigurações do “agronegócio” brasileiro diante da expansão do cultivo da soja para exportação. Argumenta-se que tais estratégias a) perseguem a taxa média de lucro e renda da terra; b) incidem sobre as formas institucionais que regulam a economia, e c) permanecem encobertas por mecanismos ideológicos. Esta análise instrumentaliza-se metodologicamente de abordagens institucionalistas da sociologia econômica, incorporando conceitos da economia política e filosofia marxiana. Parte-se de pesquisa realizada sobre as ações estratégicas da federação patronal rural do Rio Grande do Sul diante dos atuais processos das reconfigurações econômicas globais e seus efeitos na “economia do agronegócio”. A pesquisa foi realizada a partir de um estudo de caso sobre a reestruturação produtiva do mercado agropecuário na chamada metade sul do estado no período recente. Os dados foram construídos a partir de análise de discursos coletados em pesquisas documentais, de entrevistas exploratórias e de análise de dados estatísticos.

Palavras-chave: sociologia econômica; instituições; ideologia; mercados de *commodities*; classes dominantes.

Abstract: This article proposes an analysis of the social practices of the dominant classes of Rio Grande do Sul in commodity markets, focusing on their competitive strategies. The study focuses on the reconfigurations of Brazilian “agribusiness” in the face of the expansion of soybean cultivation for export. It argues that these strategies a) pursue the average rate of profit and land rent, b) affect the institutional forms that regulate the economy, and c) remain concealed by ideological mechanisms. This analysis is methodologically based on institutionalist approaches to economic sociology, incorporating concepts from political economy and Marxian philosophy. It is based on research carried out into the strategic actions of the rural employers' federation of Rio Grande do Sul in the face of the current processes of global economic reconfigurations and their effects on the “agribusiness economy”. The research was based on a case study of the productive restructuring of the agricultural market in the “southern half” region in the recent period. The data was constructed based on the analysis of discourses collected in documentary research, exploratory interviews and the analysis of statistical data.

Keywords: economic sociology; institutions; ideology; commodity markets; dominant classes.

Résumé: Cet article propose d'analyser les pratiques sociales des classes dominantes du sud du Rio Grande do Sul sur les marchés des produits de base, en se concentrant sur leurs stratégies concurrentielles. L'étude se concentre sur les reconfigurations de l'«agrobusiness» brésilien face à l'expansion de la culture du soja pour l'exportation. Elle soutient que ces stratégies a) visent le taux de profit moyen et la rente foncière, b) affectent les formes institutionnelles qui régulent l'économie, et c) restent dissimulées par des mécanismes idéologiques. Cette analyse s'appuie méthodologiquement sur des approches institutionnalistes de la sociologie économique, intégrant des concepts de l'économie politique et de la philosophie marxienne. Elle s'appuie sur une recherche menée sur les actions stratégiques de la fédération des employeurs ruraux du Rio Grande do Sul face aux processus actuels de reconfiguration de l'économie mondiale et à leurs effets sur l'économie agro-industrielle. La recherche s'est basée sur une étude de cas de la restructuration productive du marché agricole dans la région de la “moitié sud” au cours de la période récente. Les données ont été construites à partir de l'analyse des discours recueillis dans la recherche documentaire, des entretiens exploratoires et de l'analyse des données statistiques.

Mots clés: sociologie économique; institutions; idéologie; marchés de matières premières; classes dominantes.

Resumen: Este artículo propone analizar las prácticas sociales de las clases dominantes del Sur de Rio Grande do Sul en los mercados de productos básicos, centrándose en sus estrategias competitivas. El estudio se centra en las reconfiguraciones del «agronegocio» brasileño ante la expansión del cultivo de soja para la exportación. Sostiene que estas estrategias a) persiguen la tasa media de ganancia y la renta de la tierra, b) afectan a las formas institucionales que regulan la economía y c) permanecen ocultas por mecanismos ideológicos. Este análisis se basa metodológicamente en los enfoques institucionalistas de la sociología económica, incorporando conceptos de la economía política y la filosofía marxiana. Se basa en una investigación realizada sobre las acciones estratégicas de la federación de empresarios rurales de Rio Grande do Sul ante los actuales procesos de reconfiguración económica mundial y sus efectos en la ‘economía del agronegocio’. La investigación se basó en un estudio de caso sobre la reestructuración productiva del mercado agrícola en la región de la «mitad sur» en el período reciente. Los datos se construyeron mediante el análisis de discursos recogidos en la investigación documental, entrevistas exploratorias y análisis de datos estadísticos.

Palabras clave: sociología econômica; instituições; ideologia; mercados de produtos básicos; classes dominantes.

Introdução

A expansão da soja para a chamada metade sul do estado do Rio Grande do Sul é a principal expressão da reestruturação produtiva recente na região, identificando a direção dos investimentos para um comércio externo em expansão. Nesse contexto, a análise das estratégias concorrenciais da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul) elucida como se constroem as regras de funcionamento de um mercado específico a partir dos interesses expressos por essa federação e incidem sobre formas institucionais que regulam a economia. O mercado deixa de ser entendido como resultado natural das trocas mercantis, em que os recursos escassos guiam as escolhas econômicas, na qual a racionalidade plena condiciona o comportamento do agente econômico (Robbins [1932] 2012), para ser entendido como resultado do enraizamento das práticas sociais dos sujeitos e grupos que possuem trajetórias e racionalidades específicas (Polanyi, 2008; Bourdieu, 2000). Por fim, argumenta-se que tais estratégias permanecem encobertas por mecanismos ideológicos de dominação.

O contexto macroeconômico em que se reconstitui uma estratégia de inserção na economia internacional por via do chamado agronegócio é caracterizado pelas novas relações de dependência externa constituídas no início dos anos 2000 (Delgado, 2012). Consolida-se uma estratégia em que se busca prioritariamente o equilíbrio fiscal, tendo nos setores de *commodities* as principais expressões dos saldos na balança comercial. Nesse quadro, somam-se os efeitos da expansão global do mercado de alimentos, e especialmente da ampliação da demanda chinesa por proteínas, conformando complexos comerciais em que o Brasil se apresenta como um dos principais fornecedores mundiais de soja (Escher; Wilkinson, 2019; Flexor; Leite, 2017).

A reestruturação da produção agropecuária na chamada metade sul apresenta-se, em um primeiro momento, como um reflexo dessa tendência macroeconômica. Nas últimas décadas a expansão da utilização de terras para o cultivo de soja expandiu-se em todas as regiões do país. Os estados de Mato Grosso e Rio Grande do Sul são os mais expressivos em relação à concentração da produção. O último, que já apresentava um alto índice de ocupação territorial para o cultivo do grão na metade norte do estado, apresentou nas décadas recentes crescimento direcionado para a região sul (Escher; Wilkinson, 2019; Flexor; Leite, 2017). Flexor e Leite (2017) destacam que esse processo na estrutura nacional foi possível devido a investimentos internacionais em ativos fundiários e foi resultado de efeitos alocativos sobre os recursos investidos na produção priorizando o mercado de exportação de forma correlacionada com a valorização de seus preços. Há uma tendência de aumento da extração da renda capitalizada por via do comércio externo em expansão, tratando-se de um desdobramento do processo global do capitalismo (Marx, [1867] 2014).

Por outro lado, e complementarmente, o fenômeno só pode ser entendido adequadamente se analisado a partir das práticas econômicas de agentes produtivos e concorrenciais que, neste caso, expressam seus interesses no território da chamada metade sul. Os chamados *estancieiros*, grandes proprietários produtores de gado extensivo, e que

formam um dos principais pilares da base social da Farsul (Costa, 2019), se viram obrigados a ampliar as áreas de seus domínios cedidas em arrendamentos para outros agricultores cultivarem, sobretudo, soja. Esse foi o resultado principal da crise da pecuária extensiva por qual passaram esses setores a partir do final da década de 1980, dado o fim de políticas protecionistas e abertura comercial do setor. Foi com a redução de suas receitas, uma perda relativa do poder de compra, que se viram obrigados a encontrar outras fontes monetárias. Mas as reconversões não foram apenas produtivas, a ampliação da concorrência e autonomização do campo econômico tensionou esse grupo social a reconverter as formas de pensar e os cálculos acerca dos comportamentos econômicos. A distinção para com outros grupos sociais que se baseava em comportamentos marcados pela distância da necessidade – entregar a um capataz a direção da estância, viver na cidade e investir seu tempo em coisas do espírito, como cultura, política e artes – passaram a não ser mais garantidos pelas mudanças do campo econômico no espaço social. Mas a reconversão das formas de pensar e dos cálculos econômicos não se dão com a mesma velocidade da reconversão produtiva. Morar com a família na propriedade e lá trabalhar, como fazem os chamados *gringos*, descendentes de colonos pequenos proprietários instalados nas regiões de floresta mais ao norte do estado, que arrendam dos estancieiros, é desclassificatório socialmente; assim como é a dedicação de tempo de trabalho que os cultivos de grãos exigem (Piccin, 2021; Benetti e Picolotto, 2025); situação amplamente resolvida com a cessão em arrendamento de parte das suas terras, em que apenas 1,65% da área total da categoria dos estancieiros fazem lavouras por conta própria (Zanella, 2023).

Voltando a um ponto de vista das transformações globais do espaço social, além de haver um direcionamento dos investimentos aos produtos exportáveis, a expansão do mercado de *commodities* teve como efeito a valorização de ativos fundiários; o decorrente aumento de investidores externos em territórios com abundância dos recursos naturais, e a diversificação das formas de apropriação da renda fundiária (Flexor; Leite, 2017). Zanella (2023) identifica a manifestação desse fenômeno na estrutura local do sudoeste rio-grandense. Houve uma transformação na atividade econômica predominante dos proprietários de terra na região, convertendo os campos nativos em terras agrícolas. Entre os anos de 2000 e 2021, as áreas destinadas às lavouras temporárias de arroz e soja foram ampliadas nos percentuais de 26% para 69% (Zanella, 2023). Além disso, conforme o autor, diversifica-se o perfil de investidores a partir do ano de 2010, com a inserção de investidores na área de energias renováveis, ou que tradicionalmente investiam em imóveis urbanos. Em outros termos, identifica-se uma tendência para a transferência de capital para esferas em que se pode, conjunturalmente, ampliar a extração da renda capitalizada.

Mas essa transferência não ocorreu em um espaço sem agentes, nem em um espaço com agentes do modelo *homo economicus* do *mainstream* econômico, que diz mais sobre como gostaria que fosse o comportamento dos agentes econômicos ao invés de como o são na realidade. As estratégias concorrenciais dos agentes pesquisados estiveram alicerçadas nos recursos mentais disponíveis para os agentes locais, e que foram transpassadas pelo processo global e pela estratégia nacional de inserção nesse sistema internacional com

incentivos aos mercados nacionais de *commodities*. No que concerne aos estancieiros, que concentram a maior parte das terras, a legitimidade da hierarquia estava alicerçada na posição e estilo de vida que os distinguia dos demais setores sociais. A dificuldade desses setores em adequar suas normas de conduta econômica às novas exigências do ambiente econômico, resultou numa configuração social em que, em parte, o resultado foi uma recomposição do patronato rural, das trajetórias de estancieiros e da estrutura produtiva local a partir da entrada de novos agentes (Piccin, 2021; Zanella, 2023; Benetti e Picolotto, 2025).

Nesse contexto, Costa (2019, p. 173) verifica aspectos de renovação nas mudanças institucionais internas à Farsul. Estas mudanças expressam-se nas lutas atuais em torno de formas jurídicas de poder e estabilização econômica diante de novas questões emergentes - como a agrária e a ambiental. O pesquisador aponta para uma noção entendida como sistêmica pela Farsul (Costa, 2019), como uma busca de ampliação dos recursos mentais diante do processo de institucionalização de novas formas de concorrência e competição. Em outros termos, a federação amplia as suas interpretações acerca das esferas econômicas de articulação.

O arranjo institucional do agronegócio é formado por um conjunto de políticas, legislações e estratégias estatais que avança sob a égide da ideologia econômica liberal. As corporações transnacionais, a financeirização e a estrangeirização de terras são fenômenos que diversificam os agentes e complexificam as relações pelas quais se pode obter vantagens sobre as formas de extração da renda da terra (Delgado, 2012; Flexor; Leite, 2017). Nesse sentido, torna-se pertinente pesquisar a inserção das classes dominantes locais nesse sistema. O processo de liberalização econômica e a conformação da nova estratégia estatal repercute em alterações nas formas de enfrentar a concorrência e gerar competitividade no setor agropecuário nacional. Caso em que, no Brasil, se forma uma “matriz institucional” de extração dos recursos por via dos setores de *commodities* agrícolas e minerais (Niederle; Santos; Monteiro, 2021).

Todavia, a expansão desses recursos pode ser interpretada a partir da análise de suas estratégias concorrenciais. Nos termos de Fligstein (2001, 2007) e Fligstein e McAdam (2012), trata-se de habilidades sociais a capacidade de determinados agentes em realizar leituras conjunturais e construir concepções; de ampliar relações com outros campos, e de renovar suas práticas econômicas de forma estratégica. Nesse sentido, a análise da Farsul possibilita perceber como agentes em posição privilegiada no campo econômico atuam sobre a política monetária e o Estado de modo a obter vantagens sobre a distribuição dos recursos.

O objetivo deste artigo é discutir como as estratégias concorrenciais da Farsul incidiram em formas institucionais econômicas. Instrumentaliza-se da abordagem sociológica das instituições para apreender os jogos de concorrência nos mercados e as estratégias para obter vantagens sobre a apropriação do produto social. Metodologicamente, a pesquisa perseguiu inicialmente o aspecto político que reside na capacidade de agentes de influenciar interesses e consolidar regras econômicas (Beckert, 2017; Fligstein, 2001, 2007; Fligstein; McAdam, 2012). As instituições precisam ser compartilhadas, então, como ocorrem os seus processos de legitimação?

A hipótese deste estudo delinea-se no fato de que os agentes concorrenciais pesquisados se beneficiam de manobras ideológicas vinculando-se a enquadramentos macroteóricos associados ao “livre mercado”. Desse modo, “divulgam suas ideias, constroem coalizões políticas, persuadem os outros e criam novas identidades” como questionado por Fligstein (2007, p. 76) acerca dos agentes que consolidam posições dominantes em campos de ação estratégica. Portanto, a dimensão de Estado é medular para abordar a estabilização institucional. É pela instância estatal que se consolidam as políticas econômicas e se distribuem os recursos. Nesse sentido, argumenta-se que esses agentes disputam a força ideológica do próprio Estado para legitimar relações de dominação.

Para a realização desta pesquisa, foram empregadas técnicas de análise documentos e de discurso a partir de dados coletados nos meios de comunicação oficiais da representação patronal e de governos. Além disso, foram realizadas oito entrevistas com caráter exploratório com agentes governamentais e vinculados ao setor agropecuário.

Esse artigo está dividido em três seções, além desta introdução. A primeira tem como objetivo apresentar a discussão teórica acerca da ideologia de reprodução econômica capitalista e suas implicações nas instituições do agronegócio. A segunda parte deste artigo analisa as estratégias concorrenciais da Farsul. Por fim, argumenta-se que os mecanismos ideológicos de dominação que ocorrem por via da anulação dos antagonismos são (re)produzidos pelos agentes nas lógicas locais do mercado de *commodities*.

Discurso, Poder E Institucionalidade No Agronegócio

A ideologia apreendida no dispositivo discursivo consiste em uma distorção perceptiva ou na própria produção de uma realidade social (Zizek, 1996). No primeiro caso, interesses de poder econômico são escondidos sob narrativas que carregam algum teor de “cinismo” e que interferem nas regras sociais mediante mecanismos institucionais de legitimação. No segundo caso, os enunciados produzem relações que constituem lógicas de dominação, construindo-se como sentidos de realidade em si. Em ambos os casos, é a legitimidade social das instituições capitalistas e a sua estabilização pelo Estado que garante a sua reprodução ideológica – retomando o sentido dos aparelhos ideológicos de Estado de Althusser (1996).

As estruturas institucionais estabilizam-se mediante a interação de agentes econômicos com o Estado. De modo dialético, no campo estatal encontram-se os recursos para a formalização de regras comerciais e direitos de propriedade que irão ordenar os fluxos de mercado (Fligstein; McAdam, 2012). Nesse sentido, a Farsul ocupa espaços privilegiados em setores vinculados ao governo em que se constrói incrementalmente a política econômica: câmaras técnicas, comissões governamentais tomadoras de decisão, prestação de consultoria ao Banco Central do Brasil. Compreende-se que as estratégias institucionais passam, primeiramente, por acionar recursos, como as elencadas relações privilegiadas com o Estado;

o poder econômico e a legitimidade social. Esses recursos auxiliam na manutenção de uma posição dominante no mercado agropecuário.

A ideologia econômica liberal apresenta-se centralmente em noções como “eficiência” e “produtividade” de mercado, além da afirmação da propriedade privada como eixo de sustentação para a reprodução do sistema. Os mercados eficientes se autorregulam a partir de “reações” que correspondem a “ações” que podem gerar turbulências institucionais, retomando sempre uma certa estabilidade. Nessa ótica, o agente desaparece em meio a um fenômeno mecânico (Furtado, 1979).

Marx ([1867] 2014) já havia elucidado como os encadeamentos de ações em processos de concorrência modulam a relação de oferta e demanda, gerando uma distorção perceptiva de uma tendência ao “equilíbrio”. Mas, na verdade, o que estaria na essência do fenômeno é a racionalidade dos agentes da concorrência orientada à extração de lucro, em que o ajustamento (ou o não ajustamento) à demanda de alguma mercadoria ocorre pelo potencial de ampliar as margens do mais-valor social obtido. A complexidade das lógicas de concorrência também permite que a demanda seja construída de acordo com a redução ou ampliação da oferta. O cerne da questão é o movimento dos agentes da concorrência.

Sob a égide da “livre concorrência” e do “equilíbrio econômico” garantido pela ficção liberal, são produzidos enquadramentos interpretativos (Fligstein, 2007) que moldam as lógicas de concorrência e forjam explicações externas para as crises sistêmicas. Esses elementos demonstram o que Streeck (2018) descreve acerca das crises atuais do capitalismo que são acentuadas pelas políticas fiscais e a contradição que se apresenta nas lutas sociais pelos recursos públicos. Os grupos vinculados aos mercados de *commodities* foram sempre privilegiados pelas brechas institucionais para captar os recursos e exercer as suas formas de competição e produtividade. Ao mesmo tempo que o Brasil não consolidou no longo prazo setores produtivos estratégicos com maior capacidade de elevar o valor produzido internamente e a sua distribuição social. Diante das crises econômicas recentes, evidenciando uma “guerra fiscal” em torno dos recursos públicos, agentes políticos investiram em um processo de legitimação do “agronegócio” como o “motor da economia brasileira”.

Dessa forma, países como o Brasil são pressionados externamente a adotar um conjunto de políticas fiscais que impactam a capacidade de realizar investimentos na produção interna. Assim, o “relançamento do agronegócio” se deu por uma reconstrução de um aparato estatal de sustentação: sistemas nacionais de crédito, subsídios exorbitantes dos bancos públicos e privados, compras públicas, incentivos para políticas de estoques, controle de preços, isenções de impostos, investimentos em pesquisa, desregulamentação fundiária e ambiental. E o objetivo da elaboração desse arranjo foi a busca por saldos emergenciais para a garantia do “equilíbrio fiscal” (Delgado, 2012).

Nesse contexto, as elites rurais gaúchas exercem estratégias concorrenciais sobre as taxas médias de lucro e sobre renda da terra. Em uma perspectiva marxiana e institucional, os ganhos sobre os lucros não decorrem simplesmente da propriedade do capital, mas da habilidade do capitalista em explorar o processo de produção e otimizar suas operações. Além disso, estratégias de concorrência influenciam a apropriação do mais-valor (Marx,

2014). No caso das elites rurais gaúchas, a taxa de lucro é maximizada através de estratégias de concorrência no mercado de commodities. Elas buscam elevar seus ganhos por meio de influência institucional, adaptação a regulamentações e mecanismos ideológicos que mascaram suas práticas.

Diferente da taxa de lucro, a renda da terra está ligada ao monopólio da propriedade fundiária. O proprietário da terra não precisa participar ativamente da produção; ele obtém renda simplesmente pelo controle de um território. A renda diferencial surge quando certas terras têm vantagens produtivas - seja por natureza ou por investimentos de capital que os proprietários realizam sobre a terra. No agronegócio brasileiro e gaúcho, a expansão da soja para exportação exemplifica essa lógica. O aumento do preço de mercado não apenas viabiliza o cultivo em terras de menor qualidade, mas também gera renda para os proprietários fundiários a partir de outras estratégias como o arrendamento. Assim, os grandes proprietários extraem valor do capital em funcionamento sem necessariamente participarem diretamente da produção.

Os processos de mudanças institucionais e de regulações econômicas são construídos mediante ações estratégicas de múltiplos atores vinculados ao campo estatal (Fligstein, 2001, 2007; Fligstein; McAdam, 2012). A partir da teoria institucional de Fligstein (2001), observa-se que as estratégias das elites empresariais diante de instituições estatais ocorrem para que estas lhes assegurem estabilidade restringindo a concorrência e os direitos de propriedade. O imbricamento político-econômico proporcionado nas instâncias estatais possibilita que atores dominantes manejem as instituições em prol de suas estratégias para o mercado, além de favorecer práticas predatórias de acumulação. Nesse sentido, Niederle, Santos e Monteiro (2021) argumentam como lógicas institucionais foram construídas de modo a constituir novos mecanismos de acumulação nos setores da agricultura e mineração, e no caso do setor de transporte aéreo.

Esse arranjo institucional é composto por legislações, a exemplo da Lei Kandir (1996), que desonera de pagamentos de ICMS os produtos primários e semielaborados para a exportação; por provisões públicas de crédito rural, além das políticas monetárias que beneficiam as atividades de exportação, e das políticas internas de controle de preços mínimos. Entretanto argumenta-se que essas instituições se consolidam mediante processos organizacionais que envolvem a ação política de atores. Nesse sentido, destaca-se a atuação da Farsul em espaços de tomada de decisão estatal.

Estratégias concorrenciais: taxa média de lucro, renda e o comércio externo

A abordagem institucional permite a apreensão das estratégias concorrenciais a partir da produção de significados que incidem nas regras econômicas. Para isso, parte-se das análises de discursos dos agentes durante sua atuação política. Fligstein (2001) verificou a recorrência das estratégias para controlar preços, por exemplo, a partir da criação de barreiras de entrada e limitação da produção. Para enfrentar a concorrência, os agentes manejam

instituições estatais. Outro prisma institucional utilizado aqui versa sobre as expectativas ficcionais (Beckert, 2017), referindo-se à imaginação futura sob a qual são constituídos cálculos sobre ganhos econômicos, conduzindo a ação social. Ou seja, a estrutura institucional capitalista constitui a base para impulsionar e direcionar essas expectativas.

No caso do agronegócio, as expectativas sobre a apropriação do produto social são garantidas previamente pelo arranjo institucional organizado no Estado. Como delineado por Delgado (2012), o provimento de crédito rural por via dos Planos de Safra estabiliza a oferta de capital de giro necessário aos períodos descontínuos da produção; as inovações foram, em boa parte, realizadas por via da empresa pública de pesquisa agropecuária (Embrapa); e desde os anos 2000, a política cambial tem tornado “a economia do agronegócio competitiva junto ao comércio internacional e funcional para a estratégia do ajustamento macroeconômico perseguida” (Delgado, 2012, p. 64-65).

Sobretudo, a expectativa para o comércio externo diante das possibilidades de crédito rural amplia os interesses especulativos sobre as *commodities*. Já identificado nos estudos clássicos da teoria do valor (Marx, [1867] 2014), o aumento do crédito amplia os interesses em “entulhar mercados distantes com mercadorias já fabricadas, apenas visando a obter esse tipo de adiantamento em dinheiro” (p. 459-500). Por um lado, essas estratégias reproduzem as práticas macroinstitucionais do mercado - expressas, por exemplo, no movimento global de “oferta e demanda”. Por outro, perseguem a taxa média de lucro mediante ações astuciosas diante da concorrência sobre o mais-valor social.

Nesse sentido, como resultado da expansão desse mercado externo, em 2006, a produção de soja representava 35,23% das áreas totais de lavouras no Brasil, já no Rio Grande Sul, a proporção era de 49,36%. Em 2021, passa a ocupar 46,14% da área em relação ao total de lavouras em território nacional, sendo que no estado a evolução atingiu a proporção de 62,2% (MDIC, 2023).

Aproveitando-se da conjuntura de demanda internacional crescente, ainda no final da década de 1990, a Farsul apresentou projetos aos governos para expansão da cadeia produtiva de arroz e soja para exportação. Na agenda da federação, consta, por exemplo, a necessidade de investimentos públicos para infraestrutura de irrigação e estoques para garantir a ampliação da produtividade das culturas (Rio Grande do Sul, 1999).

As estratégias de produtividade para o comércio interno diferenciam-se das estratégias para o comércio externo. Em razão da restrição das exportações de carnes devido a mudanças nos protocolos chineses, no ano de 2021, a orientação da federação para os produtores foi de reduzir a oferta ao invés de direcioná-la para consumo interno, demonstrando as estratégias distintas para cada mercado.

Diante do aumento da inflação, com a desvalorização da moeda nacional e aumento da taxa de câmbio, torna-se mais lucrativa a comercialização para o mercado externo. Os cálculos econômicos da federação induzem à estratégia de ampliar a produtividade para exportação, como argumenta nesta passagem o economista-chefe da Farsul, em entrevista transmitida pelo site Notícias Agrícolas em janeiro de 2022: “aquele produtor que vende para fora estará menos exposto ao problema inflacionário do que aquele que vende para o mercado

interno”. Referindo-se aos produtores que comercializam para o mercado interno, ele enfatiza que “o que o produtor deve fazer é não investir para aumentar a produção, mas para melhorar a eficiência, melhorar o negócio, investir em caixa”. Segundo o economista, ao longo do próximo período, a curva da taxa básica de juros tende a iniciar um processo gradual de aumento para corrigir a inflação. Esse mesmo elemento é justificado para orientar os produtores a não realizarem investimentos utilizando a Cédula do Produtor Rural (CPR) pós-fixada indexada a taxas de juros como o DI (Depósito Interfinanceiro), utilizando como exemplo o arrendamento de terras para ampliar a produção.

Quando a taxa básica de juros (Selic) sobe, os financiamentos atrelados a juros variáveis (como a CPR pós-fixada indexada ao DI) ficam mais caros. Isso significa que os produtores que utilizam esse tipo de crédito pagarão mais pelos seus empréstimos ao longo do tempo. O arrendamento de terras muitas vezes é financiado por meio dessas modalidades de crédito. Se um produtor decidir expandir sua área de cultivo por meio do arrendamento, pode precisar de recursos financiados. Mas, com juros mais altos, esse investimento se torna mais oneroso e arriscado, podendo impactar sua rentabilidade. A recomendação do economista indica que, diante da expectativa de alta dos juros, os produtores devem evitar contratos de financiamento pós-fixado, como o uso de CPRs indexadas ao DI, pois os custos podem crescer significativamente ao longo do tempo. O exemplo do arrendamento de terras serve para ilustrar que a decisão de investir na expansão pode ser prejudicada pelo aumento dos encargos financeiros.

O conceito de *produtividade*, alicerçado à ideia de inovação nos processos, trata-se, na verdade, da “medida” da capacidade de produzir um determinado produto ou serviço em um determinado tempo e com um determinado custo. *Ampliar a produtividade* trata-se de reduzir o tempo e o custo de produção, agregando o maior valor possível. O aumento da produtividade ocorre por via da revolução de processos produtivos, o que pode ser alcançado pela inovação tecnológica, na organização e divisão do trabalho, pela introdução de infraestrutura e maquinaria etc. A finalidade é reduzir custos de produção, sendo uma forma de redução do valor da própria força de trabalho, ou o tempo de trabalho necessário para a produção (Marx, 2014). As teorias do desenvolvimento (Celso Furtado, 1979) tem se debruçado historicamente sobre esse tema devido à baixa capacidade de geração de valor em economias com reduzido desenvolvimento industrial. O que delimita a própria capacidade de distribuição social desses recursos. Entretanto, o que tem impedido essa distribuição de valor não é somente a falta de capacidade produtiva, mas a própria apropriação do excedente produzido quando se amplia as taxas de produtividade por agentes em posição estratégica em relação ao poder econômico.

Nesse sentido, as estratégias adotadas demonstram cálculos distintos acerca da produtividade para o comércio interno e externo. No primeiro caso, manter a oferta das matérias-primas reduzidas influencia nas taxas de inflação, garantindo margens de lucro prospectadas. E as taxas de juros em alta incidem em maiores gastos com os investimentos futuros. No mesmo contexto, o câmbio favorecido é visto pela perspectiva da oportunidade de ampliar a oferta ao mercado internacional. Conforme a lógica da teoria crítica do valor

marxiana, os capitalistas pensam astuciosamente nos investimentos conforme a taxa de juros e os jogos para controlar os preços no mercado.

As expectativas com o comércio externo ampliam-se conjuntamente com os mercados futuros. Como afirma Beckert (2017, p. 171) “o crédito induz a uma orientação calculativa na direção de um futuro que é diferente do presente”. Os investimentos são direcionados de acordo com as expectativas de lucro, descontando os juros que devem ser pagos pela adesão a financiamentos (Marx, 2014). Assim, o preço dos produtos precisa superar o valor investido inicialmente.

Para o comércio externo, as projeções econômicas da Farsul que foram analisadas visaram ampliar a produtividade da pecuária e da soja a partir de estratégias de integração produtiva e regional, adoção de inovações tecnológicas e ampliação do uso produtivo de terras. No projeto intitulado “Duas Safras”, lançado em abril de 2022, a federação apresenta o diagnóstico de que a “pecuária está se defrontando com a lavoura de soja”, e que as culturas “não devem ser inimigas, mas aliadas”. Dessa forma, a FARSUL insere no seu escopo a estratégia de diversificação produtiva, integrando-se com outros atores. A demanda apresentada no projeto está relacionada com dois fenômenos: a competitividade e a previsão de um potencial crescente de exportação diante da demanda de países como a China, Arábia Saudita e Japão. Sob esta lógica, as entidades apresentam uma projeção de expansão das importações mundiais, em 2030, de carne bovina (25,53%), carne de frango (53,82%) e carne suína (89,48%). Já para o Rio Grande do Sul, a projeção de ampliação das exportações para 2030 é de: bovinos, 27,50%, frangos, 57,30%, suínos, 55,40%.

Além disso, as perspectivas de ampliação da produtividade por encurtamento dos ciclos produtivos demonstram as expectativas dos representantes patronais para o ambiente de inovação no qual se insere a federação. Verifica-se os investimentos em inovações tecnológicas para facilitar os processos de gestão de propriedades rurais, a partir da digitalização dos processos, e aproximar os produtores dos investidores financeiros. Destaca-se a emergência dos conceitos relacionados a criação de redes colaborativas de inovação para o “agro”, visando à inserção no ambiente de digitalização da agricultura. No ano 2021 as principais agendas dos painéis de inovação da Expointer estavam relacionadas com a produção de técnicas e tecnologias que incidissem no “encurtamento dos ciclos produtivos”, de modo a ampliar o rendimento dos produtores rurais. Nessa feira, apresentavam-se os investimentos acerca das possibilidades de melhoramento genético, com o objetivo de qualificar a cultura em determinados solos e ampliar a resistência das sementes no período de armazenagem.

As barreiras tarifárias, como é percebido por Fligstein (2001; 2007), são utilizadas como estratégias para controlar preços e concorrência. Esse tipo de estratégia foi utilizado como argumento da Farsul durante a crise provocada pela alta na inflação dos preços dos alimentos durante a pandemia de Covid19. A categoria de produtores e investidores se beneficiou da alta nos preços internacionais e com os preços praticados internamente, elevados pela redução da oferta para o consumo interno. Nesse contexto, o posicionamento da Farsul contrário à retirada da Tarifa Externa Comum (TEC), que representa 10% para

importação de arroz em casca e 12% para o produto beneficiado, apresenta-se como uma tentativa de controlar os preços em nível doméstico. Além disso, de acordo com o já mencionado Projeto Duas Safras, prospectam elevar a capacidade produtiva a partir da especialização regional, desenvolvendo na região norte do estado “materiais genéticos para culturas de inverno que possam substituir o milho como componente da ração” destinada à bovinocultura na metade sul, conformando uma relação de integração territorial entre as regiões para um mesmo nicho de mercado.

Por fim, evidencia-se a presunção de Beckert (2017) sobre a formação de expectativas futuras na participação da Farsul no relatório Focus do Banco Central do Brasil (BCB), demonstrando a sua participação institucional na política monetária. A presença da Farsul no Banco Central do Brasil, especialmente na consultoria do relatório Focus, evidencia sua participação ativa na construção das expectativas econômicas e na formulação de políticas monetárias. Diferente de outras federações empresariais, a FARSUL é a única representante do setor produtivo gaúcho nesse espaço, atuando por meio de seu economista-chefe, que contribui com análises sobre tendências do mercado e indicadores financeiros. Além disso, sua influência se estende às câmaras técnicas governamentais, que deliberam sobre normas comerciais, reforçando sua inserção institucional e sua capacidade de influenciar o cenário econômico nacional. Esse reconhecimento institucional reflete um processo gradual de construção de legitimidade, desde uma fase inicial de descrença até seu atual papel destacado na definição de expectativas de mercado.

A federação se posiciona como um agente que busca influenciar a conjuntura econômica, dialogando com governos, produtores rurais e a sociedade em geral. Esse direcionamento ocorre por meio de relatórios econômicos, participações em reuniões estratégicas e publicações periódicas que comunicam suas análises e projeções ao setor produtivo. Ao compartilhar suas visões sobre taxas de juros, inflação e políticas de mercado, a Farsul contribui para moldar percepções e decisões dos produtores rurais, sem estabelecer uma relação de controle direto, mas sim de orientação e influência dentro do debate econômico mais amplo.

A dinâmica do mercado do arroz reflete disputas por recursos econômicos e a consolidação das regras de mercado, frequentemente ajustadas para favorecer grupos estabelecidos. Sob a justificativa da estabilidade econômica, políticas foram direcionadas à manutenção dos preços elevados, mesmo diante da inflação dos alimentos durante a crise pandêmica de 2021. O aumento expressivo do preço do arroz, que mais do que dobrou em um ano, foi resultado de uma combinação de fatores: a ampliação da demanda global, a valorização do câmbio e a decisão de grandes produtores internacionais de priorizar a segurança alimentar interna. Além disso, o auxílio emergencial impulsionou o consumo, contribuindo para a elevação dos preços.

Para os produtores, essa alta representou uma recomposição das margens, incentivando a migração de parte da produção para a soja. De acordo com o relatório econômico da Farsul, *Relatório Econômico 2020 e Perspectivas 2021*, a expectativa para a safra de soja 2020/21 era de um aumento de 3,0% na área plantada, impulsionado pelos

preços historicamente elevados. Já a área plantada de arroz, após três safras consecutivas de redução, deveria expandir apenas 0,9%, estimulada pela escalada dos preços (Farsul, 2020).

Diante desse cenário, a Câmara Técnica do governo, responsável por votar a manutenção ou retirada da Tarifa Externa Comum (TEC) de 10% sobre as importações de arroz em 2021, optou por manter a tarifa. A Farsul também descartou medidas de retirada da TEC na Câmara de Comércio Exterior (Camex), onde participa representando os produtores rurais gaúchos, justificando a decisão como uma forma de preservar o equilíbrio do mercado e garantir a confiança na condução econômica do agronegócio. Assim, o aumento inflacionário do preço do arroz foi visto de forma positiva pelos produtores, pois refletia a redução da produção do grão devido à migração para a soja, motivada pelos preços mais atrativos. Esse movimento ocorreu em um contexto de crescimento da insegurança alimentar no Brasil, agravada pela inflação dos alimentos nos anos de 2020 e 2021.

Antagonismo ideológico: agronegócio e as distorções de equilíbrio

O antagonismo ideológico tem seus efeitos expressos a partir da disputa por recursos. As concepções de desenvolvimento antagonizam-se diante da estrutura fundiária e o sistema econômico que se forja em torno da extração da renda da terra. Demanda-se um processo de diversificação na produção de alimentos, e a efficientização da produção agrícola a partir de inovações sustentáveis. Por outro lado, enunciados de crescimento econômico e explicação para causas de crises - sempre externas ao sistema de acumulação - encobrem interesses de poder, como afirma Zizek (1996) sobre a ideologia por excelência.

A entrevista realizada pela primeira autora, no ano de 2020, com um agente de governo que atuou no Ministério do Desenvolvimento Agrário e na Secretaria de Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul demonstra a percepção da disputa ideológica em relação a distribuição dos recursos:

Há uma necessidade de se modernizar. Ou a propriedade se moderniza, ou ela desaparece. Os assentamentos da reforma agrária precisaram fazer isso, passaram a produzir arroz orgânico, leite, frutas e mel. Pois é a necessidade de ter renda e se adequar que forçou as pessoas a se modernizar e a diversificar a produção. Os produtores estagnados na produção tradicional são uma minoria na região, atualmente. Nós [MDA e SDR] buscamos recursos do BNDES para consolidar um programa de irrigação para a pequena propriedade rural. A FARSUL se apropriou [do recurso] por via da Secretaria da Agricultura. Tínhamos uma política de créditos para incentivar a organização cooperativa dos assentados. Para eles fazerem o armazenamento dos produtos. Pois assim eles conseguem vender os produtos em um momento com preços melhores. [Estimulamos a] agregação de valor através das agroindústrias, a partir de políticas de incentivo à agroindústria familiar. Foi incentivado pela Secretaria de Desenvolvimento a diversificação, a agregação de valor, e a buscar os incrementos de novas tecnologias. Agora, ao excluir a Secretaria Desenvolvimento Rural e o MDA, o conceito de agricultor familiar se perde. Restando uma ideia de que são todos empresários rurais, se perdem as especificidades. O agricultor familiar não tem somente o agronegócio,

tem a vida dele na propriedade rural. Nós procuramos focar muito nesse debate. O agricultor familiar é diferente, não por uma questão ideológica, mas de vida. O empresário rural coloca os empregados na propriedade, que implementam o que o proprietário quer, mas ele não mora na propriedade (Entrevistado 1, 2020).

Os mesmos recursos são objeto de disputa entre as classes de produtores e empresários rurais. Já no final da década de 1990, a Farsul apresentou ao governo do Rio Grande do Sul uma agenda econômica de modo a reivindicar recursos públicos para investimentos na produção agropecuária. Isso ocorreu por via da Comissão da Metade Sul, instituída pela Assembleia Legislativa do estado para realizar diagnóstico e propor soluções para o desenvolvimento da região (Rio Grande do Sul, 2000, p. 38). As propostas da federação dizem respeito a investimentos públicos, na forma de créditos e subsídios, para desenvolver as cadeias produtivas da pecuária e de grãos, sendo: a) pesquisa e difusão para introdução de grãos em áreas de várzea; b) programa de irrigação e infraestrutura na zona rural; c) programa de suplementação alimentar de bovino; d) programa de estímulo à exportação brasileira de arroz, e) estudo de mercado da cadeia produtiva de conservas de frutas e hortaliças.

Ao se construir uma ideia de “atraso regional” (Alonso; Benetti; Bandeira, 1994; Arend; Cário, 2005; Benetti, 2007; Cargnin, 2014), são organizados fóruns de discussão acerca do desenvolvimento da região, no âmbito da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG/RS), com expressivo papel dos Conselhos de Desenvolvimento Regional (COREDEs), e da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Como resultados, houve a construção do Plano de Reestruturação Econômica da Metade Sul (1998), da já citada Comissão Especial da Metade Sul (1995- 1999) e do Gabinete da Metade Sul (1999), além dos Planos Plurianuais organizados pelos COREDEs. A análise desses documentos permitiu analisar a prática de narrar uma causa externa para a crise a partir da reestruturação produtiva da “metade sul”. “A metade sul não é o problema, mas a solução”, definição da Farsul durante as reuniões da comissão especial da região. Essa frase apresenta a ideia de que a crise regional seria superada conforme os interesses da federação pudessem ser direta ou indiretamente atendidos. Esses interesses, como já destacados, perpassam pela provisão pública de recursos necessários para alavancar a produtividade das culturas agrícolas na região.

Sobretudo, como já alertado por Piccin (2012), a classificação regional de “metade pobre”, encobriu os mecanismos de acumulação de riquezas da elite dominante local. A crise deixa de ser inerente a um sistema que tende à concentração econômica, para se ter como causa a baixa produtividade agropecuária, a qual, por sua vez, é explicada pela falta de incentivos públicos. Conforme Zanella (2023), na virada para os anos 2000, áreas da região, principalmente as terras localizadas nas microrregiões do extremo oeste do Rio Grande do Sul, passaram a receber soja e, concomitantemente, apresentaram aumento de preços. Nesse caso, esse aumento da capacidade agrícola aliado às expectativas futuras de exportação expressariam as formas de solucionar a “crise regional” a partir de uma representação de “vocação agropecuária” para a “metade sul”. Em outro sentido, a ampliação dos investimentos na produção de soja incidiu na valorização da renda da terra na região.

Além do aquecimento da demanda por alimentos, Flexor e Leite (2017) apresentam a argumentação sobre um segundo fator que influencia na valorização das *commodities* nesse último ciclo, que seria o comportamento estratégico dos agentes financeiros. A política monetária adotada pelos bancos centrais, em meados dos anos 2000, de reduzidas taxas de juros e com garantias de liquidez, fez com o que o mercado de *commodities* se tornasse atrativo aos investimentos financeiros. Com retornos positivos assegurados, as compras de ativos alicerçados em *commodities* ampliou-se expressivamente ao longo do ciclo. Os autores ainda analisaram que os índices de preços de terras evoluíram positivamente de forma correlacionada com o índice IBOVESPA, bem como com os preços da soja e da carne bovina.

Uma das formas de encobrir os mecanismos de dominação é a anulação ideológica do próprio antagonismo de classe. Como se pode analisar tendo por base a entrevista citada anteriormente, existe um conflito de identificação sobre “o lugar de cada um”, e que por isso o primeiro trabalho da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) teria sido construir uma concepção de que os pequenos agricultores “são diferentes”, pois, “na região é muito forte a ideia de que é tudo igual”. Nesse contexto, afirma o mesmo entrevistado:

A Farsul nos procurou para saber por que também não recebiam determinados estímulos da secretaria com o argumento de que os pequenos produtores também estavam vinculados à FARSUL. “Somos todos iguais”. Por esperteza eles vendem essa ideia, para negociar em nome de todos, tendo respaldo dos pequenos produtores nos momentos de mobilização. Mas na hora de receber recursos ou negociar as dívidas, negociavam as dívidas dos grandes produtores. 60% das terras que produzem arroz são terras arrendadas. Os pequenos estão lá produzindo arroz. Mas os grandes negociam as dívidas da terra. Se não entenderem a necessidade de separar, os grandes ficarão maiores, e os pequenos menores. Alguns entenderam essa diferença, mas não muitos (Entrevistado 1, 2020).

O antagonismo ideológico materializa-se em torno das discussões do uso produtivo da renda e estrutura da propriedade fundiária. Ao abordar a ideia de “modernização” agropecuária, em entrevista cedida para esta pesquisa, o agente de políticas públicas agrárias da referida secretaria atribui a inserção de pequenos produtores rurais nas cadeias produtivas como parte desse processo de modernização, conferindo relevância às políticas de reforma agrária para auxiliar nesse processo. Segundo ele, os assentamentos rurais auxiliaram a tornar terras mais produtivas. Por outro lado, que grandes empresários rurais foram pressionados a ampliar a produtividade por receio da desapropriação. Conforme sua declaração:

E os assentamentos, aumentaram a produção de leite e de outras cadeias produtivas. E a principal contribuição foi tornar terras ociosas em terras produtivas. Então esta é uma contribuição indireta do movimento sem-terra. Então quem tinha uma fazenda improdutiva, passou a tornar essas propriedades produtivas. Então está ocorrendo um cenário de diversificação e modernização da Metade Sul. Acrescido das culturas tradicionais. [...] Os grandes produtores incentivaram a modernização das propriedades, investindo na produção intensiva de gado. E passaram a usar parte da propriedade para a produção de soja, ou de madeira, ou de oliveiras.

Entenderam essa necessidade de se modernizar para evitar a reforma agrária e para aumentar a renda da propriedade. [...] Modernização passa a se dar também na produção de gado. Não é mais o gado que está solto na fazenda, que demora quatro ou cinco anos para ficar pronto para o abate. Os criadores de gado mais modernos passaram a produzir pastagens de inverno e cuidar melhor do gado, a partir de confinamento ou semiconfinamento. Diminuiu a quantidade de área de terra necessária para a produção de gado (Entrevistado 1, 2020).

A ampliação da produtividade possibilitou a mudança na identidade de “atraso” sobre a produção agropecuária local. Além disso, proporcionou que os agentes do agronegócio se inserissem de forma competitiva nas novas relações econômicas globais. Desse modo, as suas margens de extração de valor foram ampliadas diante do “boom das commodities”. Esse conjunto de elementos foi utilizado na construção estratégica de legitimidade social. Por fim, a própria expansão do comércio externo é narrada pelos atores que estão estabelecidos nesse mercado reivindicando a legitimação dessa lógica e estratégia macroeconômica que sustenta o arranjo do agronegócio.

Conclusões

Este estudo analisou como as estratégias concorrenciais de atores dominantes do agronegócio gaúcho incidem em instituições econômicas e são encobertas por mecanismos ideológicos.

A reestruturação do mercado agropecuário na “metade sul” ocorre por via de mudanças institucionais, em legislações e regulamentações. Esta pesquisa debruçou-se a compreender as intervenções da Farsul nesse processo. Verifica-se que as ações estratégicas tiveram objetivo a elevação da competitividade e produtividade do setor agropecuário.

A noção de “atraso” que caracteriza o desenvolvimento da “metade sul” levou a tornar a região como objeto prioritário na formulação de projetos nacionais de desenvolvimento regional na década de 1990. Nesse contexto, a Farsul participou do debate público sobre os rumos do desenvolvimento da região, e realizou mediações com a noção da “crise”, além de apresentar as suas concepções com o objetivo de incidir nas definições de agenda.

As estratégias para apropriação do valor por via da extração da renda da terra alteraram-se de acordo com as demandas externas. Diante da ampliação da demanda externa por soja e carnes, destacadamente a chinesa, a FARSUL direciona as suas estratégias para a integração lavoura-pecuária, para ampliar a produção das duas culturas.

Nesse sentido, verifica-se a pertinência da abordagem sociológica institucional para analisar processos de estabilização de regras econômicas a partir de estratégias utilizadas pelos atores sociais para a construção das instituições de mercado. Compreende-se que enquadrar concepções permite maior flexibilidade para definir agendas e regras de mercado, a partir da capacidade de envolver outros atores para cooperar nos processos de significação e de mobilização. São recorrentes os movimentos de pressão e envolvimento com o Estado,

principalmente no que diz respeito a estratégias mais formais, no sentido institucional, como o controle da concorrência a partir de políticas tarifárias ou a garantia de direitos de propriedade sobre os lucros ou sobre a terra.

Referências

- ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M.D.; BANDEIRA, P.S. *Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: Causas e Perspectivas*. Porto Alegre: FEE, 1994.
- ALTHUSSER, L. Ideologia e os Aparelhos Ideológicos de Estado (notas para uma investigação). In: ZIZEK, Slavoj (org.). *Um Mapa da Ideologia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- AREND, M.; CÁRIO, S. A. F. Origens e Determinantes dos Desequilíbrios no Rio Grande do Sul: uma análise a partir da Teoria Institucional de Douglass North. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 26, número especial, p. 63-94, mai. 2005.
- BECKERT, J. Reimaginando a Dinâmica Capitalista: Expectativas Ficcionalas e o Caráter Aberto dos Futuros Econômicos. *Tempo Social*, v. 29, n. 1, 2017.
- BENETTI, M. D. Perspectivas de transformações estruturais na economia da metade sul do estado. *Indicadores Economia FEE*, Porto Alegre. Vol. 34, nº 4, p. 129-142, 2007.
- BENETTI, I. B., & PICOLOTTO, E. L. Onde tinha gado, agora tem soja: descenso estancieiro e ascensão dos gringos em São Martinho da Serra/RS. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 63, e288184. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2025.288184>, 2025.
- BENÍTEZ, G.; NEUMANN, P. S. Estrutura e Funcionamento do Mercado de Terras no Uruguai. *Desenvolvimento em Questão*, Editora Unijuí, n. 31, jul./set. 2015.
- BOURDIEU, P. *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.
- CARGNIN, A. P. *Políticas de Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais*. Brasília, Ministério da Integração Nacional. 2014.
- COSTA, F. F. da. Ação Política e Representação de Interesses do Patronato Rural Gaúcho: uma análise da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (1988-2000). 2019. 271 p. *Dissertação* (mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, 2019.
- DELGADO, G. C. *Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1985-2012)*. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.
- ESCHER, F.; WILKINSON, J. A Economia Política do Complexo Soja-Carne Brasil-China. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. V. 57, n. 4, Brasília: SOBER, 2019.
- FARSUL. *Relatório Econômico 2020 e Perspectivas 2021*. Porto Alegre: Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em:

https://www.farsul.org.br/files/ef35f45d62d323d4866d4db0aceal1f8a/midia_documento/20201209/RelatA-rio-EconA-mico-2020-e-Perspectivas-2021.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

- FLEXOR, G.; LEITE, S. P. Land Market and Land Grabbing in Brazil during the Commodity Boom of the 2000s. *Revista Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, mar./ago. 2017.
- FLIGSTEIN, N. Habilidade social e teoria dos campos. *Revista de Administração de Empresas*. v. 47, n. 2, 2007.
- FLIGSTEIN, N. Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado. *Contemporaneidade e Educação*, ano VI, n.9, 2001.
- FLIGSTEIN, N.; MCADAM, D. *A theory of fields*. New York: Oxford University Press, 2012.
- FURTADO, C. *Teoria Política do Desenvolvimento Econômico*. 7ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- MARX, K. O Capital II. *O Processo de Circulação do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, K. O Capital III. *O Processo Global da Produção Capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MDIC, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *COMEX STAT*: Portal para acesso gratuito a estatísticas de comércio exterior do Brasil. 2021. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>> Acesso em: 08 ago. 2023.
- NIEDERLE, P. A.; SANTOS, R. S. P. dos; MONTEIRO, C. F. Interpretações institucionalistas sobre as transformações dos capitalismos brasileiros: da pretensão neodesenvolvimentista à predação. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 9, n. 22, mai./ago. 2021.
- PICCIN, M. B. Os Senhores da Terra e da Guerra no Rio Grande do Sul: um estudo sobre as práticas de reprodução social do patronato rural estancieiro. 2012. *Tese* (Doutorado Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.
- PICCIN, M. B. *Senhores de terra, senhores de guerra*: sociologia histórica do patronato estancieiro do Rio Grande do Sul (1920-2019). Curitiba: CRV, 2021.
- PICCIN, M. B. Recomposições do Espaço Social em Terras Estancieiras: Estilos de Vida e Cálculos Econômicos. *Sec. XXI: Revista de Ciências Sociais*, v. 4, n. 1, 2014.
- POLANYI, K. *Essais de Karl Polanyi*. Paris: Éditions du Seuil, 2008.
- RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Comissão Especial da Metade Sul. *Relatório Final*. 1999.
- ROBBINS, L. (1932). *Um Ensaio Sobre a Natureza e a Importância da Ciência Econômica*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- STREECK, W. *Tempo Comprado*: a crise adiada do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2018.

ZANELLA, F. C. Reconfigurações na economia estancieira do Sudoeste do Rio Grande do Sul (1985-2022): renda da terra, bovinocultura de corte e diferenciação social. 2023. 303 p. *Tese* (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, 2023.

ZIZEK, S. Introdução: O espectro da ideologia. In: ZIZEK, S. (Org.). *Um Mapa da Ideologia*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Recebido em: 10-01-2024
Modificado em: 29-03-2024
Aceito em: 10-06-2024

Pamela Kenne

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Marcos Botton Piccin

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unicamp. Docente dos programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).